

SEGUNDO VERÓNICA MACAMO

Casamentos prematuros emperram alcance dos ODS

A PRESIDENTE da Assembleia da República, Verónica Macamo, disse que as consequências dos casamentos prematuros constituem um golpe à dinamização do desenvolvimento nacional e ao alcance dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.



A Presidente do Parlamento (ao centro) participou na conferência sobre casamentos prematuros

Falando, sexta-feira, em Maputo, no último dia da conferência internacional sobre os casamentos prematuros, Verónica Macamo sublinhou que nenhuma criança se desenvolve, quando mais cedo se casa precocemente, carregando consigo as consequências que daí advêm.

"Com efeito, a problemática dos casamentos prematuros, dada a sua dimensão e consequências para a nossa sociedade, constitui um problema grave, cujo combate se reveste de grande pertinência e urgência, pois o seu impacto tem sido bastante negativo na vida das nossas comunidades e, em especial, na vida

da rapariga", disse.

Indicou que os casamentos prematuros são uniões, muitas vezes, forçadas, pois nenhuma criança está em condições de firmar, com responsabilidade necessária, um contrato matrimonial sério, para além de ser um acto contrário à equidade de género que se defende.

Perante este cenário, disse, a grande aposta está na educação, sensibilização e no envolvimento de todos, nomeadamente da família, escolas, líderes comunitários e religiosos, parceiros de cooperação e sociedade civil.

"Como todos sabemos, a educação e a formação da rapariga afiguram-se de capital importância para os esforços nacionais de

combate à pobreza, equidade de género e para a valorização da mulher", explicou a Presidente do Parlamento, salientando que um país que aspire a um desenvolvimento sustentável não pode alcançar esse desiderato, tendo uma grande parte da sua população com baixa escolarização.

Enalteceu a iniciativa dos promotores do evento, que visava reflectir, em conjunto, sobre formas de combate a um problema que é transversal e que deve ser encarado, usando uma abordagem integrada e sistemática.

"Na verdade, é urgente devolver às crianças, vítimas dos casamentos prematuros, o direito de serem crianças, o direito de crescerem num ambiente saudá-

vel, o direito à saúde, à vida livre de violência física e psicológica, o direito de sonhar", realçou.

A presidente da Assembleia da República reiterou o compromisso da Casa do Povo com os esforços visando a erradicação deste mal social, indicando que o Parlamento vai continuar com a sua responsabilidade constitucional, de defender e proteger a criança, aprovando ou revendo leis que promovam e protejam os seus direitos, como são exemplo a Lei da Família, as leis de Promoção e Protecção dos Direitos da Criança e de Prevenção e Combate ao Tráfico de Pessoas, especialmente de mulheres e crianças, aprovadas pelo órgão legislativo.

Verónica Macamo disse que

a Assembleia da República tem interagido com o Governo, influenciando-o para que as políticas de governações sejam sensíveis aos aspectos do género e incluam acções que salvaguardem a defesa e protecção da rapariga.

Todavia, apontou como desafios a melhoria da plataforma de diálogo ao nível nacional, provincial e distrital, através do aprimoramento dos mecanismos de articulação entre os vários actores e da aplicação de critérios uniformes de acção no combate aos casamentos prematuros; promoção, cada vez mais, do envolvimento dos jovens, como actores activos no processo de combate aos casamentos prematuros e melhorar a lei, introduzindo dispositivos sancionatórios, que desincentivem a prática de casamentos prematuros.

São ainda desafios, segundo Verónica Macamo, a continuidade do investimento na educação dos jovens, com enfoque nas raparigas, consideradas a camada mais vulnerável e desenvolvimento de acções conjuntas, com o envolvimento dos líderes comunitários e religiosos, rádios comunitárias, a mídia e demais actores da sociedade civil, nacional e da região, nas acções de combate aos casamentos prematuros.

"A estratégia de eliminação dos casamentos prematuros, para além de revisão de instrumentos legais, passa por rever estratégias da sua abordagem na sociedade, como particular enfoque nos pais e nas raparigas", frisou, observando que o desafio é grande, mas pode ser superado.

O evento de Maputo, que se realizou sob lema "Casar? Só depois dos 18 anos", juntou mem-

bros do Governo, parlamentares, representantes da União Africana, sociedade civil, crianças de algumas escolas da capital do país,

líderes comunitários e religiosos da região da SADC.

A conferência foi promovida pelo Fórum Nacional de Rádios

Comunitárias (FORCOM), em parceria com a CECAP, ROSC, FDC, Rede HOPEM, Action Aid, CESC e Pathfinder.